

PIONEIRISMO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO BRASILEIRO¹

Eugênio de Ávila Lins*

Resumo:

A trajetória da institucionalização da preservação dos bens culturais no Brasil tem início a partir do século XX, com a elaboração de propostas de legislações e a criação de instâncias administrativas no âmbito dos Estados da Federação. Três estados, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais destacaram-se por desenvolverem as primeiras ações restaurativas em monumentos. No caso específico de Minas, o grande aliado e estimulador das intervenções foi o Museu Histórico Nacional, que coordenou, tanto no âmbito político como na prática, as ações que se efetivaram na cidade de Ouro Preto, primeiramente na década de vinte, com uma política de colaboração. Posteriormente, na década de trinta, esta colaboração se deu de forma institucional, quando foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais, por decreto presidencial. A partir daí, essa instituição desenvolveu inúmeras ações restaurativas em diversos monumentos da cidade até a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Palavras chave: Patrimônio Cultural. Preservação de Bens Culturais, Museu, Arte e Arquitetura.

A efetivação da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro deve ser compreendida dentro de uma trajetória que envolve inúmeros segmentos da esfera pública, tanto no que se refere à construção de um marco legal e institucional, quanto a práticas de intervenções restaurativas. Não há dúvida de que a promulgação do Decreto-lei nº 25/37 e a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) marcam a principal ação em defesa do patrimônio brasileiro, mas é importante

esclarecer que, para esta concretização, houve antecedentes extremamente importantes que contribuíram para a definição de uma política pública que culminou com estes dois atos mencionados. O Museu Histórico Nacional teve papel fundamental para a construção do sistema de defesa do patrimônio brasileiro, tanto pelas suas atuações na esfera política, quanto pelas suas ações práticas no Estado de Minas Gerais.

Durante o período de 1910 a 1930, emergiram inúmeros projetos voltados para a proteção e preservação dos bens culturais do Brasil². A concretização dos projetos apresentados esbarrou na questão que envolvia a instituição do direito de propriedade absoluta, estabelecida pela Constituição Federal de 1891 (ANDRADE, 1952, p. 15).

A organização federativa brasileira, durante a chamada Primeira República, oscilava entre os extremos do regionalismo exacerbado e a forte reação centralizadora. Cada estado colocava-se como uma espécie de potência independente, em cuja órbita de influência política gravitavam outros estados menores. Por este prisma e pelo consenso nacional das ações desenvolvidas pelos intelectuais em busca de valores históricos e nacionalistas, é possível entender as razões que levaram alguns Estados, política e economicamente fortes, a tomarem a iniciativa de desenvolver ações efetivas de cunho preservacionista, realizando intervenções em monumentos arquitetônicos. As primeiras iniciativas couberam aos Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia.

PRIMEIRAS AÇÕES

O Estado do Rio Grande do Sul apresentava, no seu Regulamento de Terra, de 2 de junho de 1915, capítulo relativo a lugares históricos e destacava as providências necessárias para a defesa e conservação das ruínas de São Miguel das Missões.

Consta no relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, apresentado em 1928:

No ano do presente relatório (1927), ficaram ultimados os serviços mais urgentes de reparação inclusive a amarração da torre existente com trilhos de aço e vergalhões de ferro. Está faltando terminar a cerca de arame em torno da área estabelecida como defesa das ruínas. (CUSTÓDIO, 1980, p. 49).

O segundo estado a tomar a mesma iniciativa para salvaguardar um monumento histórico-cultural foi a Bahia. Através de correspondência oficial ao Ministério da Guerra, datada de 3 de março de 1925, o Governador solicitou a doação do antigo Forte de Mont'Serrat, afim de

que fosse “[...] conservado como obra característica da arte colonial” (MENSAGEM..., 1926, p. 274).

Para a restauração do edifício, que se encontrava bastante deteriorado, foi criada uma comissão composta pelo Capitão de Fragata José Felix da Cunha Menezes, pelo Capitão dos Portos do Estado, Professor Alberto de Assis, e pelo Engenheiro Américo Simas.

Uma comissão de cidadãos devotados ao estudo da nossa história, auxiliada pela descrição que no antigo livro de Santos Vilhena se faz dessa fortaleza, foi incumbida de dirigir a sua restauração.

Os trabalhos já vão bem adiantados e para breve estarão terminados, dando-se à nossa capital mais um ponto admirável de passeio. (MENSAGEM..., 1926, p. 274).

Minas Gerais foi o terceiro estado a intervir em defesa dos bens culturais. O ponto de partida para essa ação decorreu da visita a Mariana, em agosto 1926, do então Diretor do Museu Histórico Nacional, Dr. Gustavo Barroso³, para participar de festejos cívicos. Nessa mesma ocasião, o referido Diretor visitou Ouro Preto e ficou impressionado com o estado de abandono e decadência em que se encontrava essa cidade (BRASIL, 1948, v. V, p.5).

Segundo o Dr. Gustavo Barroso (1947, v. IV, p. 582), a situação das edificações na cidade era crítica:

O teto da Igreja do Rosário, em Ouro Preto, afundara e ameaçava vir abaixo. Ruíra quase todo o alto telhado da Casa dos Contos. As raízes das vegetações começavam a aluir as pedras dos velhos chafarizes e alguns se desaprumavam com evidente perigo para os raros transeuntes. A Casa de Marília fora criminosamente arrasada pela Prefeitura que no seu local erguia uma escola ou coisa que o valha nessa superfetação denominada convencionalmente estilo colonial.

O Diretor do Museu Histórico Nacional, dirigindo-se a Belo Horizonte, entrou em contato com o Governador do estado, o Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, de quem era amigo e confrade político, ao qual expôs a situação de abandono de Ouro Preto, conseguindo convencê-lo da obrigação do Governo em defender os bens culturais da cidade. O Governador de Minas destinou de imediato a quantia de duzentos contos de reis, que representava uma elevada soma para a época, para os reparos mais urgentes dos monumentos de Ouro Preto.

O Dr. Gustavo Barroso relata que o ano de 1927 não lhe permitiu dar os passos que achava necessários em defesa do patrimônio, por estar envolvido com diversas outras atividades. O referido Diretor, quando se refere à história da preservação, faz a seguinte colocação:

Quem primeiro pensou em defender os monumentos históricos foi um poeta, Vitor Hugo, pedindo ao Govêrno da França uma lei que protegesse das violências do presente e do futuro as obras do passado, uma lei que conservasse as relíquias e recordações. Escrevia então: 'Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário. Sua beleza, a todos. Destruí-lo, portanto é um abuso do direito de propriedade'. (BARROSO, 1947, v. IV, p.579).

E afirma que a ideia da "defesa e restauração dos monumentos" no Brasil nasceu em 1928, e que o primeiro governante a apoiá-la foi o Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Governador de Minas (GUSTAVO, 1947, v. IV, p. 579-582). Pelo relato feito, fica evidente que tal afirmação não corresponde à realidade. Mas é justo, no entanto, atestar-se que a ação do governo de Minas Gerais ocorreu de forma mais ampla do que nos outros estados, na medida em que beneficiou um conjunto urbano (Ouro Preto), mesmo que privilegiando intervenções pontuais em certos equipamentos e edifícios religiosos.

A verba dispensada para os monumentos de Ouro Preto foi entregue ao Prefeito da cidade, Dr. Baeta Neves, em razão do Dr. Gustavo Barroso não aceitar administrá-la, ficando-lhe a tarefa de orientar e fiscalizar os serviços que indicasse como os mais necessários (BARROSO, 1947, v. IV, p. 583). Assim, durante o ano de 1928, foram realizados os primeiros trabalhos em templos e chafarizes da cidade.

No relatório das obras, encaminhado em 1º de novembro de 1928 ao Governador de Minas Gerais, o Dr. Barroso fez as seguintes observações:

– *Igreja do Rosário*: foi realizada a restauração do telhado, que se encontrava em péssimo estado de conservação, e a pedido do Diretor do Museu Histórico Nacional, o pintor J. Washt Rodrigues desenhou as grades de ferro para o pró-naus ou galilé, que até então era fechado com "velhas cancelas de madeira", e os bancos para a nave. (BARROSO, 1947, v. V, p. 583). Ainda sobre a igreja do Rosário, encontrou-se o seguinte relato: "A igreja do Rosário [...] Examinei o templo todo com o Odorico Neves, que está instruído de tudo como deve ser feito, respeitando o estilo e as usanças da época, de maneira e a não ser cometida asneira alguma." (BRASIL, 1948, v. V, p. 30).

Verifica-se, por esta narrativa, de forma implícita, que o método utilizado na intervenção restaurativa foi o da colocação de elementos novos, quando necessários, seguindo a técnica construtiva e o estilo tidos como originais.

Prossegue o relatório (BRASIL, 1948, v. V, p.44-125) com recomendações para intervenções restaurativas nos momentos (chafarizes, pontes e igrejas) e relato das ações realizadas em Ouro Preto:

– *Igreja de São Francisco de Assis*: as intervenções anteriores, ocorridas durante as obras patrocinadas pelo governo do Dr. Melo Vianna, como a

colocação de rodapé de azulejo branco e pintura de portas e balaustradas fingindo madeira, foram consideradas pelo Dr. Gustavo Barroso como erros graves de intervenção. Propõe o Diretor do Museu Histórico Nacional a retirada dos rodapés de azulejo, restabelecendo a parede lisa como primitivamente, ou fazendo continuar os lambris de madeira pintada da capela-mor. Para as portas e balaustradas, indica a retirada da pintura, deixando-as enceradas ou envernizadas.

– *Igreja do Carmo*: Dr. Gustavo Barroso analisa as obras sob a responsabilidade da Irmandade - considera-as um atentado criminoso ao patrimônio - e denuncia as irregularidades. Relata que todo o assoalho da igreja era de tábuas em forma de campas, em quadros, com os respectivos números das antigas sepulturas. Em razão dos barrotes que sustentavam esse tabuado estarem apodrecidos em algumas partes, a Irmandade resolveu retirar todas as campas para fazer um assoalho moderno em tacos de duas cores.

Dr. Gustavo Barroso propõe uma solução para a restauração do piso da igreja do Carmo, que será utilizada em diversas intervenções similares, posteriormente, no Brasil: "Se os barrotes estão carunchados basta levantar as tábuas e substituí-los por outros. Pode-se mesmo fazer um baldrame de concreto invisível sobre o qual se coloquem de novo as campas, com seus números significativos. O aspecto continuará tradicional." (BRASIL, 1948, v. V, p. 31).

As obras na Igreja do Carmo continuaram sem direção e fiscalização, mesmo com as denúncias e a intervenção do Governador Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Segundo carta de 18 de novembro de 1928, de Odorico Neves a Dr. Barroso: "O Dr. Antonio Carlos mandou sustar a destruição do assoalho do Carmo. Foi tarde, porque já haviam serrado quase tudo." (BRASIL, 1948, v. V, p. 25).

– *Chafarizes*: realizadas obras em diversos chafarizes, como os do Alto da Cruz, do largo de Dirceu, dos Contos e da Glória, que se encontravam bastante danificados. Alguns dos consertos consistiam em refazer em cimento as partes das ornamentações danificadas, tais como: volutas e pináculos (BRASIL, 1948, v. V, p. 30).

Além das obras realizadas, foram efetuadas diversas diligências e traçados planos para a recuperação de outros templos, como foi o caso da Matriz do Pilar e da capela de São João.

O Diretor do Museu Histórico Nacional sugeriu ao Governador de Minas que transferisse a Casa dos Contos, que pertencia à Repartição dos Correios e Telégrafos, para o Estado, através da permuta de prédios pertencentes ao governo, em Ouro Preto, para ali instalar um museu e sede do "serviço de defesa do patrimônio tradicional de Minas" (BRASIL, 1948, v. V, p. 28).

Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada tentou realizar essa permuta, mas problemas políticos, surgidos entre 1929 e 1930, impossibilitaram sua efetivação. Ainda assim, Dr. Barroso conseguiu verbas junto ao Ministério da Viação, no valor de 50 contos de reis, para reparar a Casa dos Contos. Os trabalhos foram entregues ao jovem Engenheiro Epaminondas Vieira de Macedo, que, posteriormente, participou efetivamente nas obras realizadas pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, e também durante os primeiros anos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (GUSTAVO, 1947, v. IV, p. 585).

Não fossem os acontecimentos políticos do final da década de 1920, que resultaram na Revolução de 30, gerando mudanças profundas na estrutura política do país, acredita-se que os trabalhos realizados em Minas, sob a tutela do Diretor do Museu Histórico Nacional, teriam tido continuidade, com resultados bastante significativos.

As primeiras ações restaurativas efetivadas em edificações no Brasil começaram a delinear um perfil dos critérios e da metodologia adotados na prática da restauração e da preservação no país. Vê-se claramente uma tendência a privilegiar os monumentos isolados, considerados de valor pela classe dominante, com intervenções que se fundamentaram em conceitos históricos e na busca da unidade estilística.

No período de 1930 a 1932, Dr. Gustavo Barroso esteve afastado da direção do Museu Histórico Nacional. Reintegrado à mesma função, em 1933, voltou a desenvolver ações que visavam a defesa do patrimônio nacional, conseguindo do Ministro da Educação, Washington Pires, a reforma do Museu Histórico e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, sob a sua tutela (BRASIL, 1947, v. IV, p. 19).

A partir dos anos 1930, o Estado centralizador trouxe, para a sua esfera, intelectuais sensibilizados com o processo de atualização da inteligência crítica no país e preocupados em buscar as raízes culturais e a sua autonomia. Vários intelectuais foram içados a importantes cargos na estrutura do Estado, principalmente nos órgãos vinculados à cultura.

A participação dos intelectuais de vanguarda junto ao primeiro escalão do poder, aliada a movimentos independentes em prol das questões culturais, desencadeou uma série de ações no período de 1930 a 1945, com vistas à proteção e legitimação do patrimônio cultural. Estas ações concretizaram-se sob duas vertentes. A primeira, de institucionalização da proteção dos bens culturais nos mais diversos níveis; e a segunda, de estruturação de entidades com a finalidade de selecionar, catalogar e intervir nesses bens culturais.

- **Ouro Preto – Monumento Nacional**

Do ponto de vista institucional, a ação que marcou o início de uma sistematização foi efetivada em 1933, quando da promulgação do Decreto

nº. 22.928, de 12 de julho, que elevou a Cidade de Ouro Preto à condição de Monumento Nacional. Constituiu-se este Decreto na primeira lei federal sobre a matéria, que, a despeito de ter alcance restrito ao que se pretendia, foi de grande significação para a proteção dos bens culturais do país. Este Decreto resultou de uma campanha desenvolvida por intelectuais, durante alguns anos, para que essa cidade tivesse reconhecido o seu valor artístico-cultural pelo Governo Federal, somado aos trabalhos realizados pelo Governo de Minas Gerais e pelo Museu Histórico Nacional para a sua preservação, no final da década de 1920.

O Diretor do Museu Histórico Nacional teve papel fundamental para a efetivação de Ouro Preto como Monumento Nacional, não só pelas ações desenvolvidas conjuntamente com o Governo do estado de Minas Gerais, mas pelos inúmeros artigos publicados na imprensa, nos quais imprimia um culto nacionalista à cidade: "Ouro Preto é uma Cidade Sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que não se pode perder." (BRASIL, 1948, v. V, p. 14).

O Diretor do Museu Histórico Nacional publicou inúmeros artigos na imprensa, sobre o valor histórico e artístico da cidade, nos quais imprimia um culto nacionalista à velha urbe: "Ouro Preto é uma Cidade Sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que não se pode perder." (BRASIL, 1948, v. V, p. 14).

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Em 1934, o Governo Federal, através do Decreto nº. 24.735, de 14 de julho, reestruturou o Museu Histórico Nacional, iniciando, pelo seu novo regulamento, a organização de um serviço de proteção aos monumentos nacionais. O artigo primeiro do decreto que estabelecia as finalidades do Museu determinava, no item c:

Exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos históricos.

Paragraphe único – Para os fins da inspeção, organizará um catálogo dos edifícios de assinalado valor e interesse artístico-histórico existente no país, propondo ao Governo Federal os que devam declarar em decreto Monumentos Nacionais, entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos, de maneira a caber aos estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios. (REGULAMENTO..., 1934).

As disposições referentes à criação do Serviço de Proteção aos Monumentos foram tratadas no capítulo VIII, do regulamento intitulado *Inspecção de Monumentos Nacionais*. (REGULAMENTO..., 1934).

A eficiência das disposições estabelecidas para impor restrições aos direitos individuais estava condicionada à validade que elas poderiam ter em virtude do seu caráter apenas regulamentar. O próprio Decreto nº. 24.735 só manifestava o propósito de reforma de ordem organizacional e administrativa do Museu, não estabelecendo nenhuma norma ou restrição de amparo aos bens culturais em detrimento dos direitos individuais. As disposições do regulamento, em verdade, não poderiam impor restrições às pessoas físicas ou jurídicas de dispor dos bens móveis e imóveis da sua propriedade. O mesmo ocorreria em relação aos bens culturais de domínio da União, dos Estados e Municípios.

Quanto aos processos de classificação dos bens como monumentos nacionais, o regulamento não estabelecia coisa alguma acerca do método adotado para a classificação, deixando-a a critério do Diretor do Museu. Em relação ao procedimento legal de notificação ao proprietário do bem classificado, ou, da parte deste, do direito de impugnação do ato, não foi contemplada essa questão na regulamentação.

Fica claro que, em caso de um eventual litígio perante os tribunais, o regulamento seria bastante ineficiente na defesa do patrimônio cultural. Logo após a aprovação do regulamento do Museu Histórico Nacional, foi promulgada a Carta Constitucional de 1934, pela Assembléia Constituinte, que se achava já há algum tempo reunida. Tomando como princípio constitucional a proteção aos monumentos nacionais e às obras de arte e de valor histórico, no capítulo II, dedicado à educação e cultura, o art. 148 dispunha:

Cabe à União, aos Estados e aos Ministérios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (ANDRADE, 1952, p. 21).

A Constituinte de 1934 inseriu a figura jurídica de interesse público ou social no seu conteúdo, ao afirmar: "É garantido o direito da propriedade que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo na forma que a lei determina." (ANDRADE, 1952, p. 22)

Com isto é rompida a questão, aparentemente antagônica, existente entre o direito da propriedade e a proteção do bem cultural. Por outro lado, coloca o bem cultural sob a tutela da União, dos Estados e Municípios, criando, desta forma, condições de diferenciação dos bens, conforme o nível de interesse que estes podem despertar na sua esfera de abrangência simbólica.

• Inspeção de Monumentos Nacionais

Mesmo dentro das suas limitações, o Museu Histórico Nacional prevaleceu-se das condições que o seu novo regulamento tinham lhe proporcionado para exercer a "Inspeção dos Monumentos Nacionais" e principiou a execução de obras de conservação e restauração em Ouro Preto, embora esses serviços não fizessem parte das suas atribuições.

Com a reformulação do Museu Nacional, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais, ficando o Diretor do Museu, Dr. Gustavo Barroso, com a função de Inspetor de Monumentos Nacionais, sem o menor ônus para os cofres públicos.

O Dr. Gustavo Barroso encarregou-se tão somente da fiscalização técnica da instalação dos serviços. As obras foram entregues a Epaminondas Macedo, Engenheiro da Repartição Geral de Telégrafos, que se tornou o primeiro técnico no Brasil a realizar obras de restauração de forma sistemática.

O Diretor do Museu pudera avaliar a inclinação do Dr. Epaminondas Macedo para as obras dessa natureza, quando este resolveu, de acordo com ele, admiravelmente, o problema da reconstrução da Casa dos Contos, mantendo intacta sua aparência tradicional, porém fortalecendo-a internamente com um vigamento de concreto, arcabouço que, sendo invisível, em nada lhe prejudicou o aspecto e conservou de modo definitivo a sua estrutura. (BRASIL, 1948, v. V, p. 24)

O engenheiro foi requisitado para a Inspeção de Monumentos em 1934, mas a sua transferência, em função da burocracia, só se concluiu em 2 de dezembro de 1935. Efetivamente, o engenheiro Epaminondas começou a trabalhar bem antes da designação oficial. Em julho de 1935, ele iniciou o levantamento dos serviços necessários e os orçamentos de diversos edifícios em Ouro Preto.

Há, neste período, uma troca intensa de correspondência entre o engenheiro e o Diretor do Museu, para apressar a sua transferência, ficando clara a intervenção de Carlos Drummond de Andrade, então Secretário do Ministro da Educação e Saúde, junto à burocracia governamental (BRASIL, 1948, v. V, p. 230). Nesse ano, o Congresso Federal votou o crédito de 100.000\$000 para o início das obras de restauração dos monumentos de Ouro Preto. Por conseguinte, a Inspeção de Monumentos Nacionais, dirigida pelo Dr. Gustavo Barroso, apresentou ao Ministro da Educação um minucioso plano dos serviços a serem executados, denominado "Plano de Restauração de Ouro Preto" (BRASIL, 1948, v. V, p. 33).

O Plano seguia os itens relacionados a seguir:

- 1 – Exposição de motivos.
- 2 – Resumo das fontes e chafarizes de Ouro Preto.
- 3 – Orçamentos parciais para restauração dos chafarizes e fontes públicas.
- 4 – Resumo das pontes de Ouro Preto.
- 5 – Orçamentos parciais para restauração das pontes.
- 6 – Resumo das capelas e igrejas de Ouro Preto.
- 7 – Apreciação de como se deve proceder nos serviços de restauração das capelas e igrejas. (BRASIL, 1948, v. V, p. 34).

A exposição de motivos feita por Dr. Gustavo Barroso, no Plano encaminhado ao Ministro da Educação, aborda a degradação física da cidade, as questões de ordem conceitual relativas à visão do bem cultural e às propostas de intervenções. Referindo-se às condições físicas de Ouro Preto, o Diretor comenta o estado precário em que se encontrava a cidade, abordando os seguintes pontos:

- o mau estado de conservação de alguns edifícios religiosos, em consequência da pobreza das Irmandades, não obstante todo o esforço e zelo que estas dedicavam aos templos;
- o grau de deterioração das áreas externas dos edifícios, principalmente os trechos com ornamentação (portadas), onde eram visíveis as lacunas existentes;
- os novos calçamentos em paralelepípedos, que modificavam a fisionomia da cidade, por não respeitar os antigos níveis dos logradouros, provocando grandes alterações nas estruturas das pontes e chafarizes;
- as pontes apresentavam modificações profundas nas lajes que lhes serviam de parapeito, em função das alterações dos níveis das suas pavimentações;
- os chafarizes encontravam-se em estado de quase ruína, com todas as bicas fechadas e os tanques secos. O levantamento do nível do logradouro pela nova pavimentação provocou o desaparecimento dos tanques, eliminando a sua função utilitária e coletiva, e reduzindo os chafarizes a um paredão de frente (BRASIL, 1948, v. V, p. 35-36).

No que se refere às questões de ordem conceitual, o relatório (BRASIL, 1948, v. V) destaca os seguintes pontos:

- A preocupação para que a cidade retornasse ao seu aspecto colonial (século XVIII), procurando eliminar as modificações e os acréscimos que ocorreram ao longo do tempo. “A par desses monumentos, os

ambientes históricos, que tanto prestígio dão à cidade, precisam manter as suas feições primitivas e se despojarem dos arranjos e consertos infelizes que chocam com a generalidade das coisas circunstantes.” (BRASIL, 1948, v. V, p. 35).

– As intervenções tinham como ponto fundamental o que eles chamavam “[...] de um trabalho lento aliado a execuções criteriosas” (BRASIL, 1948, v. V, p. 35), cujo interesse principal era “[...] assemelhar as coisas velhas e gastas ao que eram originalmente” (BRASIL, 1948, v. V, p.35), buscando sempre o que denominavam “aspecto primitivo”.

– A preocupação de que os equipamentos que se propunham intervir (pontes, chafarizes e templos) pudessem voltar a ter a sua utilidade original.

No que diz respeito às obras propriamente ditas, sobressai a intenção de que, na execução dos trabalhos, fossem aproveitados os materiais e sistemas existentes, observando que, quando não fosse possível esta orientação, “Dirigir-se-iam os trabalhos na obtenção de um resultado puramente decorativo e parcialmente útil.” (BRASIL, 1948, v. V, p. 40).

O Dr. Gustavo Barroso conclui a sua exposição de motivos, frisando que o Plano de Restauração de Ouro Preto encerrava uma série de variantes, todas subordinadas aos recursos materiais da sua execução.

A discriminação minuciosa das obras a serem realizadas, que constava no Plano, foi feita pelo engenheiro Epaminondas Macedo e abrangeu especificamente chafarizes, pontes e igrejas. Dela consta a descrição dos elementos arquitetônicos de cada monumento, a técnica e os materiais construtivos utilizados, estado de conservação e os elementos arruinados ou alterados, bem com as suas prováveis causas (BRASIL, 1948, v. V, p. 43-125).

O Relatório tece considerações sobre os serviços e técnicas construtivas a serem empregadas nas restaurações. Dele consta ainda o orçamento individual para cada monumento, baseado nas características arquitetônicas e construtivas dos elementos a serem restaurados, na descrição dos serviços necessários para a restauração, com os seus respectivos valores. Estas descrições são de fundamental importância, porque mostram o grau de deterioração e descaracterização em que se encontravam os monumentos e as propostas de intervenção:

– *Chafarizes*: encontravam-se, na sua maioria, com os seus elementos em cantaria com partes faltantes ou deterioradas, quando não, com perda total. Ocorria também encontrar estes elementos recompostos com materiais diferentes, tipo argamassa de cimento ou pintados com cal. Os paredões laterais estavam na maioria das vezes incompletos ou disformes e os pisos alterados, tanto em relação aos níveis, como à própria pavimentação original. Para sanar esses problemas, foram propostas as seguintes intervenções:

limpeza a picão de toda a frente, com recomposição da cantaria; conserto dos muros laterais e dos pisos, com restabelecimento dos seus níveis originais; limpeza e recomposição na forma original dos elementos arquitetônicos em cantaria, a exemplo de cruz e carrancas; eliminação dos elementos em material diferente que substituíram o original, construção de tanques em cantaria e restabelecimento do fornecimento de água. (BRASIL, 1948, v. V, p. 44-70)

As intervenções realizadas nos chafarizes da Glória, do Passo, de Antonio Dias, de Ouro Branco, dos Cavalos, do Largo de Marília, dos Contos, do Rosário e o da Praça Tiradentes seguiram as recomendações contidas no Plano.

– *Pontes*: encontravam-se, em muitos casos, com os seus elementos construtivos e arquitetônicos em cantaria desgastados ou sujos, e havia situações em que estavam desconectados do sistema construtivo, com partes faltantes ou totalmente desaparecidos, ou ainda com acréscimos de novos elementos que não constavam no projeto original. (BRASIL, 1948, v. V, p. 71-90)

O leito das pontes estava frequentemente alterado por nova pavimentação, assim como o leito natural do rio encontrava-se obstruído por entulhos, causando, conseqüentemente, desvios nos cursos de água. O sistema de drenagem primitivo estava quase sempre obstruído ou totalmente destruído. Para resolver esses problemas, a maior parte das obras de intervenção consistiu em: limpeza a picão de todos os elementos construtivos e recomposição dos elementos arquitetônicos faltantes, ambos em cantaria; realização de serviços de recomposição do nível original do leito da ponte; restabelecimento dos passeios em lajes; retirada de elementos não pertencentes ao projeto original; construção em cantaria de parapeitos, bancos, cruz etc.; desobstrução ou execução do sistema primitivo de drenagem e limpeza dos rios. (BRASIL, 1948, v. V, p. 71-90)

As obras de restauração realizadas nas pontes dos Contos, da Barra, do Rosário e de São José seguiram as recomendações contidas no Plano.

– *Igrejas*: externamente, as igrejas encontravam-se com os seus elementos arquitetônicos em cantaria com algumas partes faltantes e outras totalmente desaparecidas; as áreas em cantaria estavam desgastadas ou pintadas com cal; os elementos decorativos em pedra sabão (portadas, óculos, frontão) com trechos faltantes ou recompostos com material diferente do original; as esquadrias e os revestimentos em argamassa estavam deteriorados; a cobertura em estado precário e apresentavam ainda acréscimo de novos elementos arquitetônicos ao projeto original. Internamente, apresentavam-se com elementos arquitetônicos em cantaria com partes faltantes; os elementos em talha de madeira em avançado processo de deterioração, com partes faltantes e repinturas sucessivas; os revestimentos internos deteriorados; os pisos

em madeira em estado bastante precário e com acréscimos de novos elementos à composição original do templo. As intervenções realizadas com vistas a resolver esses problemas detectados consistiram em: limpeza a picão e lavagem com escovas de aço dos elementos em cantaria, com posterior rejuntamento; limpeza e restauração dos trechos em pedrasabão, que se encontravam mutilados; restauração das esquadrias, com retirada das pinturas a fogo e execução de nova pintura; recomposição do reboco; caiação em duas demãos nas áreas rebocadas; limpeza e tratamento de áreas pavimentadas e jardins; restauração dos pisos em madeira; restauração das talhas, incluindo recomposição de elementos faltantes e retirada de pinturas sobrepostas às originais e eliminação de acréscimos ao projeto original. (BRASIL, 1948, v. V, p. 90-125)

As intervenções restaurativas nas Igrejas de N. S.^a do Carmo, de N. S.^a do Rosário, de São Francisco de Assis, Matriz de Antonio Dias, Mercês de Baixo e Capela de Padre Faria seguiram os preceitos estabelecidos no Plano.

Destacamos algumas das obras de restauração realizadas pela Inspeção de Monumentos Nacionais, com intervenções bastante significativas para a época, que merecem uma análise individual:

- **Chafariz dos Contos**

Encontrava-se bastante deteriorado e descaracterizado, sendo considerado o mais adulterado na época. Os elementos em cantaria achavam-se muito danificados, com elementos arquitetônicos já desaparecidos, resumindo-se quase a um paredão.

A intervenção no monumento começou com um trabalho de prospecção, baseado em notícias referentes ao chafariz, segundo menciona o Eng. Epaminondas Macedo, em carta de 24 de novembro de 1935, dirigida ao Diretor do Museu Histórico Nacional.

Aberta a parede do lado esquerdo para pesquisar o paredão em esquadro a que se referem os documentos da época. Se bem que seja real ter existido, nada se poderá fazer, porque do lado presumido se acha o prédio do Banco do Comércio, construído em 1889. O chafariz foi levantado em 1765. Há vestígios da antiga casa de Manuel Rodrigues no fundo do Banco.

[...]

Descobriu-se o antigo encanamento de água, em telhas, através do paredão de frente, bem como a pia de distribuição para as bicas, que se desentupiram, lavando-se a pia, de modo que agora a água está jorrando como outrora!

[...]

Procede-se ao rejuntamento da caiação e a retirada da vegetação que desagrega a cantaria. Examinada a massa branca que ligava as paredes do tanque, viu-se que se compõe de cal preta magra. A análise foi feita pela Escola de Minas. (BRASIL, 1948, v. V, p. 132).

O engenheiro Epaminondas Macedo comenta na referida carta que encontrou a cantaria necessária para os serviços na pedra primitiva, a qual forneceria material idêntico ao dos monumentos em vias de restauração. Para dar prosseguimento aos trabalhos de restauro do chafariz, fez-se necessário o desbaste de todos os elementos decorativos do pé do gigante. Para recompô-los, foi feito o desenho de molduras novas para a parte baixa do gigante e também para o coroamento do novo tanque, com base nos outros elementos existentes.

Os serviços prosseguiram com a montagem do tanque novo, o nivelamento do solo e o calçamento com pé-de-moleque, com a intenção de recompor da ambiência original do monumento. A intervenção visou devolver ao chafariz a sua feição e função primitiva, seguindo os princípios da busca da unidade estilística.

- **Ponte dos Contos**

A ponte era composta originalmente de “[...] parapeito de pedra em toda sua extensão e com assentos em comprimento que não pudemos precisar, mas pelo que mostram as pontes que os possuem, estes deviam se estender três (03) metros para cada lado da cruz central posta no parapeito.” (BRASIL, 1948, v. V, p. 74).

Os parapeitos e outros elementos, os bancos e a cruz tinham sido retirados e substituídos por um gradil de ferro, provavelmente do início do século XX. Além disso, a ponte sofrera uma mudança de nível do seu leito original, com calçamento posterior em paralelepípedo.

A **Fotografia 01** mostra imagem da Ponte dos Contos antes de ser restaurada pela Inspetoria de Monumentos Nacionais:



Fotografia 01 – Ponte dos Contos. Fonte: BRASIL (1948, v. V, p.73)

Os serviços de restauração da ponte começaram com a retirada do gradil, por ser considerada uma intervenção recente. Com este trabalho, verificou-se a pouca resistência dos cachorros que o sustentavam e que deveriam receber, como no original, o peitoril de pedra.

Este problema gerou a necessidade de estudos para uma solução. Decidiu-se, num primeiro momento, pela colocação de uma laje de concreto em todo o comprimento do vão, engastada no maciço do estrado, sobre a qual repousaria o peitoril. Para não haver modificação no aspecto exterior, os cachorros seriam embutidos na laje.

O projeto com as intervenções propostas, acompanhado de perspectiva, foi enviado ao Dr. Gustavo Barroso, responsável pela supervisão das obras. Por questões técnicas não foi possível adotar o projeto proposto, optando-se por fundir a laje sobre os cachorros (BRASIL, 1948, v. V, p. 148).

Além desse trabalho, construíram-se os parapeitos em cantaria, utilizando-se gatos de ferro chumbados com pedras aparelhadas. A colocação dos bancos e da cruz em cantaria foi baseada em algumas evidências do próprio monumento e em comparação com outros de mesma tipologia, efetuando-se também a limpeza a picão de toda a área em cantaria e a desobstrução do córrego.

- **Igreja do Carmo**

A igreja de N. S.^a do Carmo encontrava-se em estado bastante precário, principalmente a sua área externa, na qual também estava inserido o jardim. A área de cantaria achava-se demasiadamente deteriorada, com os elementos decorativos em pedra-sabão bastante adulterados. As fachadas do templo encontravam-se em estado de degradação, tanto o revestimento como as esquadrias de madeira.

Os trabalhos de restauração da igreja tiveram início na fachada principal, com a execução da limpeza da cantaria do frontão, utilizando-se escova de aço no procedimento. Com esta ação foi possível identificar-se as alterações feitas nesse trecho do frontispício, optando-se pelas correções das partes faltantes da cantaria com argamassa de cimento. Os trabalhos no frontispício da igreja evidenciaram o estado de degradação em que se encontravam principalmente os elementos em cantaria:

Também se começou o restauro dos ornatos do pórtico e se atacou a limpeza da pedra sabão, trazendo bastante surpresas, pois a todo instante se encontram deturpações que têm de ser retiradas e substituídas por peças apropriadas quanto à feitura e ao material. (BRASIL, 1948, v. V, p. 147).

A cobertura do edifício foi totalmente recuperada, sendo as telhas emboçadas em argamassa de cal preta e areia branca. A vegetação que

ali crescia foi retirada mediante um aniquilamento feito com H₂ SO₄ (ácido sulfúrico), o que deve ter contribuído para a posterior deterioração da cobertura cerâmica, já que o íon sulfato (SO₄) é responsável pela formação de sais que, por sua vez, provocam a “eflorescência salina”.

Quanto aos elementos em madeira que compõem os vãos das fachadas, por se encontrarem degradados, foram substituídos por novas peças, tais como sacadas, bacias e esquadrias, seguindo o modelo das existentes.

Em carta ao Dr. Gustavo Barroso, datada de 19 de janeiro de 1935, o Eng. Epaminondas Macedo revela um interessante fato ocorrido durante a restauração da Igreja do Carmo:

Os trabalhos externos da igreja do Carmo já estariam concluídos se não fosse a paralisação forçada durante 15 dias da caiação devido às chuvas.

A presença aqui do arquiteto paulista Pujol Júnior, que reprovou essa caiação, fez com que eu rebuscasse os documentos da construção da antiga capela de Santa Quitéria, em que se menciona a quantidade de cal requerida para a mesma caiação. A sugestão desse arquiteto para imitar cantaria no rebôco dos panos da parede seria uma deturpação da obra do século XVIII, cuja caiação era a ornamentação apropriada e generalizada em todos os edifícios religiosos da época. (BRASIL, 1948, v. V, p. 142-143).

Este relato confirma uma preocupação muito grande em se executar os serviços de maneira a mais original possível, o que levava, às vezes, a excessos ou erros, por se desconhecer a história da arte brasileira, como é o caso das intervenções na área interna do templo.

Por observações minuciosas no interior da mesma, observei a necessidade de restauro de alguns ornatos dos púlpitos, reaparecimentos da cantaria das vergas e ombreiras das portas de acesso aos referidos púlpitos, que foram pintados, como o sr. já me fizera notar, retirada do debrum de ouro nas ornamentações em pedra sabão e reconstrução de algumas decorações do altar-mor. (BRASIL, 1948, v. V, p. 128).

O douramento sobre cantaria, para fins decorativos, foi uma técnica bastante utilizada no Brasil, principalmente durante o século XVII. É provável que esta prática tenha ocorrido em outras igrejas em Ouro Preto.

Os trabalhos na Igreja do Carmo foram intensos, pois incluíram também a revisão de todo o forro da nave e capela-mor, a recuperação das esquadrias internas e a restauração do lavabo da sacristia, que se encontrava bastante alterado por intervenções feitas com argamassa de cimento nas áreas de perda do material original.

• Capela de Padre Faria

Este templo tinha passado anteriormente por serviços de conservação nas suas peças de cantaria. As obras realizadas pela Inspetoria de Monumentos se concentraram no conserto da cobertura, no desmonte e na recolocação do forro da capela-mor, na restauração do assoalho – com substituição das campas primitivas danificadas por novas e iguais às anteriores –, na retirada de repintura de diversas peças, reaparecendo a primitiva, e na restauração da pintura a ouro dos altares. As paredes externas da capela tiveram o seu reboco picotado, sendo feita posteriormente toda a recomposição, incluindo a pintura.

Na área do entorno imediato do templo, foi realizada a proteção de todo o adro com muro de canga; descobriu-se o antigo mata-burro da cantaria, que foi imediatamente restaurado, recompondo a ambiência do monumento.

Em correspondência ao Dr. Gustavo Barroso, de 28 de fevereiro de 1937, o Eng. Epaminondas relata a retirada de um acréscimo do corpo original da igreja, com a finalidade de evidenciar um elemento arquitetônico, para que pudesse ser visualizado na forma original. Este episódio chama a atenção pelo relato dos critérios de retirada do referido acréscimo.

Diante da observação que fiz no arraial de Lavras Novas, na igreja de N. S.^a dos Prazeres, verifiquei um pormenor da construção que também existe na Capela do Padre Faria, que se acha escondido por uma coberta entelhada: o acesso ao púlpito por uma escada de cantaria exposta. Diante dessa verificação, procedi à demolição desse puxado e pus em relevo um elemento de grande efeito da capela. (BRASIL, 1948, v. V, p. 160).

Além dos trabalhos já relatados, vale ressaltar que, na intervenção da Capela do Padre Faria, a Inspetoria não alterou o frontispício da igreja, que se encontrava com uma modificação posterior à construção do trecho do frontão, denominada por eles de “frontispício barroco”. Foi respeitado, nesse caso, uma possível mudança ocorrida na segunda metade do século XVIII, que já estava incorporada ao monumento.

Na **Fotografia 02**, vê-se a capela de Padre Faria, em Ouro Preto, restaurada pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, com o “frontispício barroco” que existia antes da restauração.

Quando o Serviço do Patrimônio Artístico, Histórico Nacional (SPHAN), interveio neste edifício, após 1937, eliminou a alteração realizada no frontão da capela. Na publicação dos trabalhos realizados pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1948, nos Anais do Museu Histórico Nacional, este fato é devidamente criticado.



Fotografia 02 – Capela de Padre Faria, Ouro Preto
Fonte: BRASIL (1948, v. V, p. 161)



Fotografia 03 – Aspecto atual da capela de Padre Faria
Fonte: BRASIL (1948, v. V, p. 163)

A **Fotografia 03** mostra o aspecto atual da capela de Padre Faria. O Serviço do Patrimônio deitou abaixo o “frontispício barroco”, mantido pela restauração feita na década de 1930, pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, de maneira que a fachada atual é coroada pelas duas abas do telhado.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais, no período de 1935 a 1937, realizou significativo trabalho na cidade de Ouro Preto, embora estas intervenções tenham se restringido a bens públicos ou semipúblicos. Em nenhum instante, nos documentos produzidos durante este período, foi mencionada a questão da preservação ou mesmo do estado de conservação dos edifícios de propriedade particular, o que demonstra que se tratava de algo intocável naquele momento, mesmo quando alvo de interesse coletivo.

Os critérios de intervenção foram definidos basicamente pelo Diretor do Museu, Dr. Gustavo Barroso, e pelo engenheiro Epaminondas Macedo, cujas linhas de pensamento se baseavam, na sua quase totalidade, na busca do projeto original ou da unidade estilística. Para tanto, procuraram, sempre que possível, fundamentar-se em documentações primárias e, quando não fosse possível tê-las, fez-se a intervenção com base em analogias, buscando-se referências em elementos com as mesmas características tipológicas.

Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas a Inspetoria continua o seu trabalho até o fim do ano, já que o Serviço não contava ainda com uma estrutura capaz de dar início a sua atuação plena.

Durante a existência da Inspetoria, a sua estrutura resumiu-se praticamente a duas pessoas: o diretor do Museu Histórico Nacional e o engenheiro responsável pelas obras em Ouro Preto. Contava, é claro, com colaboradores, entre os quais o prefeito da referida cidade. Em 1938 a Inspetoria de Monumentos desapareceu definitivamente.

Em todas as obras realizadas pela Inspetoria de Monumentos foram afixadas placas comemorativas da restauração, que, após a extinção do órgão, foram retiradas.

NOTAS

* Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA. email: euglins@ufba.br

¹ O texto apresentado constitui parte da Dissertação de Mestrado *Preservação no Brasil: a Busca de uma Identidade*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, no ano de 1989.

² As razões que motivaram os vários projetos estão abordadas em diversas publicações tais como: Andrade (1952), Araújo Pinho (1969), Micelli (1979), SPHAN/Pró-Memória (1980).

³ Dr. Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional, foi um dos intelectuais mais atuantes em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, publicando diversos artigos em 1928, no jornal "Correio da Manhã", entre os quais se destacam: *As Igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia*, publicado em 28 de julho de 1928 (BARROSO, 1948, p. 6-9), *A Cidade Sagrada*, publicado em 3 de novembro de 1928 (BARROSO, 1948, p. 10-14) e *Casa de Marília*, publicado em 15 de novembro de 1928 (BARROSO, 1948, p. 14-17).

FONTES

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro. Documentos relativos a área de educação e cultura. REI. CG 36.03.24/2

ARQUIVO NORONHA SANTO – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro. Personalidade, artigos e manuscritos. Arquivo VII-B e VII-C.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil, monumentos históricos e arqueológicos**. México, 1952. Originais no Arquivo Noronha Santos, SPHAN: Personalidades, Andrade, Rodrigo de Melo Franco de, VII-B.

ARAÚJO PINHO, José Wanderley. Proteção dos monumentos públicos e objetos históricos. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n. 4, p. 53-59, jul./dez. 1969.

BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. In: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. v. IV, p.579-582.

_____. As igrejas de Minas e a Sé velha da Bahia. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. V, p.6-9.

_____. A cidade sagrada. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. V, p. 10-14.

_____. Casa de Marília. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. V, p. 14-17.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. v. IV.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. V.

CUSTÓDIO, Luis Antônio V. Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas. **Relatório de atividades**. Porto Alegre, 1980. p. 47-49.

MENSAGEM apresentada pelo Exm^o Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Governador do Estado da Bahia, a Assembléia Geral Legislativa em 7 de abril de 1923. Bahia: Imprensa oficial do Estado, 1926.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

REGULAMENTO a que se refere o Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. CPDOC/FGV; Ref. G.C. 34.12.11.

SPHAN/Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980.